

**XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE**

**1. Dados da Reunião**

Data	Hora início	Hora término	Local
19/04/2022	09:42	12:30	Auditório TJBA

**2. Pauta**

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Resultado da Pesquisa
04	Indicadores Nacionais
05	Metas Nacionais
06	Indicadores da Estratégia – 2021-2026
07	Resultado da Semana da Estratégia
08	Encerramento Projeto Formação e Aperfeiçoamento de Servidores
09	Encerramento Projeto Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão
10	Encerramento Projeto Queixa Cidadã
11	Encerramento Projeto Recolher Legal
12	Alteração Escopo do Projeto de Projetos Estratégicos
13	Apresentação do Portfólio de Projetos Estratégicos
14	Proposta de Projeto – NACP
15	Prêmio CNJ de Qualidade
16	Proposta de Datas das Semanas de Sentenças e Baixas
17	Agendamento das próximas RAE's
18	Encerramento

**3. Participantes**

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	<b>Des. Nilson Soares Castelo Branco</b>	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	<b>Desa. Gardênia Pereira Duarte</b>	1º Vice-Presidência	
03	<b>Desa. Márcia Borges Faria (Representada)</b>	2º Vice-Presidência	
04	<b>Des. José Edivaldo Rocha Rotondano (Representado)</b>	Corregedoria Geral da Justiça	
05	<b>Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior (Representado)</b>	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	<b>Des. Mário Augusto Albani Alves Júnior (Representado)</b>	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	<b>Juiz de Direito Ícaro Almeida Matos</b>	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	
08	<b>Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho</b>	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	<b>Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud (representado)</b>	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	<b>Des. Cynthia Maria Pina Resende</b>	Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição	
11	<b>Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios</b>	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
12	<b>Tuany Silva Andrade</b>	Chefia de Gabinete da Presidência	
13	<b>Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima</b>	Secretaria-Geral da Presidência	
14	<b>Pedro Lúcio Silva Vivas</b>	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
15	<b>Fabício Nascimento Ferreira</b>	Secretaria de Administração	
16	<b>Marcos Vinício Brasil Alcântara</b>	Secretaria Judiciária	
17	<b>Janaína Barreto de Castro</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas	
18	<b>Ricardo Neri Franco</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
19	<b>Fernanda Pinto Dantas Braga</b>	Controladoria do Judiciário	
20	<b>Viviane da Anunciação Souza</b>	Diretoria de Primeiro Grau	
21	<b>Moisés Bisesti de Queiroz</b>	Assessoria de Comunicação	

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

### 4. Abertura

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, anunciou o início da XX Reunião de Análise da Estratégia e orientou os participantes sobre a participação no evento.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Bahia, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, cumprimentou a todos, fundamentou a realização da Reunião de Análise da Estratégia – RAE, mencionou os objetivos gerais e declarou aberta a XX RAE, passando a condução dos trabalhos ao Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas.

### 5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo da XIX Reunião de Análise da Estratégia. Após a leitura e sem nenhuma consideração dos membros do CGov a ata foi aprovada.

### 6. Resultado da Pesquisa

Pedro Vivas iniciou a apresentação do resultado da pesquisa contemplando o público-alvo de jurisdicionados mostrando nível de confiança, margem de erro e definição da amostra.

Sobre o alcance das amostras apresentou o quando abaixo:

Segmento	Público-alvo	População (amostra)	Alcance	Observação
TJBA	Magistrados	681 (124)	123	Apresentado na XIX RAE
	Servidores	7.493 (148)	786	
Defensoria Pública	Defensores	373 (108)	5	Amostra desconsiderada
Ministério Público	Procuradores e Promotores	580 (120)	3	
OAB (BA)	Advogados	50.635 (150)	490	Apresentado na XIX RAE
População	Cidadão	12.308.931 (1.537)	1.630	Apresentar na XX RAE

Sobre as perguntas feitas na pesquisa, Pedro Vivas mostrou, inicialmente, os percentuais relacionados a faixa etária, escolaridade e renda familiar. Os itens seguintes contemplaram tipo de unidade procurada, tipo de serviço procurado, acessibilidade e rapidez, acesso ao site, conhecimento sobre a existência dos núcleos de conciliação e da ouvidoria, comunicação, infraestrutura, confiabilidade, investimento e avaliação geral sobre o Poder Judiciário do Estado da Bahia.

### 7. Indicadores Nacionais

Pedro Vivas falou sobre o número de Casos Novos, Processos Baixados, Casos Pendentes, Índice de Produtividade de Magistrados e suas projeções para o ano de 2022 da seguinte forma:

Casos novos – aumento de 9,39%

Processos baixados – aumento de 23,04%

Casos Pendentes – redução de 5,95%

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

Índice de Produtividade de Magistrados – aumento de 24,40%

Índice de Atendimento à Demanda – aumento de 12,77%

Taxa de Congestionamento – redução de 5,4%

O Diretor de Planejamento Estratégico, Aleksandro Santos, ressaltou que a quantidade de novos magistrados que ingressaram no Tribunal influenciou no número em queda apresentado entre 2020 e 2021, mas que a retomada já se mostra na prospecção dos números. Parabenizou os magistrados e servidores pela produtividade.

A 1ª Vice-Presidente, Desa. Gardênia Pereira Duarte, comentou o item da pesquisa de opinião que tratou sobre o conhecimento do jurisdicionado sobre a existência dos Núcleos de Conciliação, manifestando sua sugestão para que a divulgação dos referidos núcleos seja mais intensiva, como também a da Ouvidoria. Acrescentou que os advogados também deveriam ser alvo dessa divulgação, para que as conciliações fossem realizadas antes da judicialização.

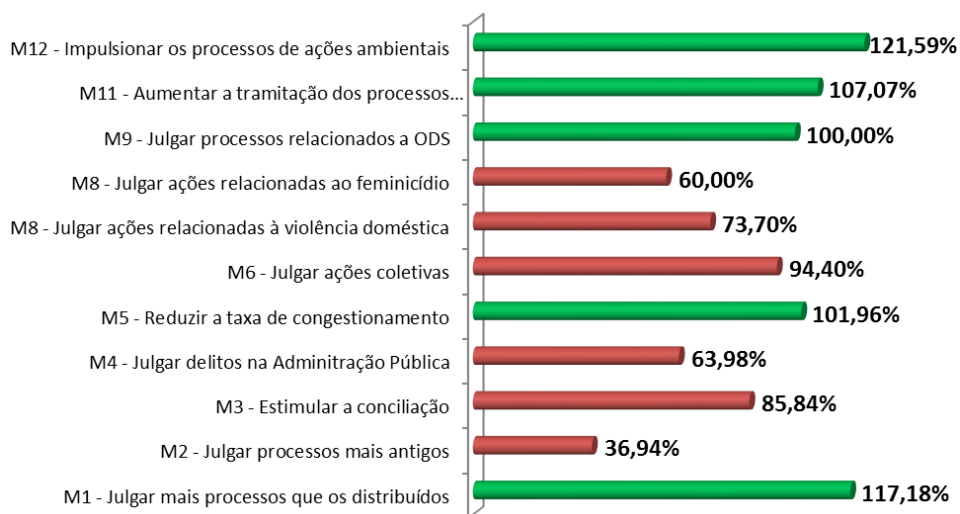
Aleksandro Santos falou sobre a maior forma de comunicação do Tribunal com a sociedade, que é o *site* do TJBA. Como a pesquisa indica, a maioria dos entrevistados não acessa a página eletrônica. Seria, assim, também outro item importante a ser divulgado.

O Presidente questionou se os operadores do direito não foram questionados. Pedro Vivas respondeu que todos foram acionados para responder, porém apenas os advogados aderiram com uma amostra válida.

### 8. Metas Nacionais

Sobre as Metas Nacionais, Pedro Vivas apresentou o quadro a seguir:

#### Percentuais de Cumprimento das Metas Nacionais CNJ - Ano 2021



O Secretário de Planejamento, Programação e Orçamento falou sobre o desempenho do TJBA em 2021 quando alcançamos 45% das metas. Ressaltou que esse resultado foi considerado bom, em comparação a anos anteriores. O Secretário comentou sobre a diferença entre Metas de Gestão e Metas de Desempenho, sendo aquelas as que o CNJ considera como um “laboratório”, uma prévia para que no ano seguinte sejam convertidas em Metas de Desempenho.

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

Normalmente o TJBA tem bons resultados nas Metas de Gestão e resultados não tão consideráveis nas Metas de Desempenho.

Pedro Vivas enfatizou a importância do alcance da Meta 2, considerada o maior desafio para o Tribunal, inclusive porque ela influencia o resultado de outras metas.

Yuri Bezerra de Oliveira, Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral, questionou se haveria uma maneira de identificar quais são os maiores entraves em relação à Meta 2, quais competências específicas podem ser trabalhadas. Exemplificou que podem ser casos de lançamento, carência de juízes, dentre outros e gostaria de saber se há como identificá-los para que sejam objeto de dedicação para fins de cumprimento da Meta 2.

Pedro Vivas afirmou que há, sim, possibilidade de se identificar, e especialmente realizar atividades de gestão de produção com os processos levantados como prioritários para o alcance da Meta 2.

O Presidente, Des. Nilson Castelo Branco, questionou se a Meta 2 influencia no Prêmio CNJ de Justiça, o que foi confirmado pelo Secretário da Seplan, que acrescentou que todas as metas pontuam no Prêmio. O Presidente reforçou a necessidade de esforços no cumprimento das Metas, pois também afeta diretamente a imagem do Tribunal perante a sociedade.

Desa. Gardênia Pereira Duarte lembrou também da importância de realizar mutirões de conciliação.

Alexsandro Santos acrescentou que execução fiscal, que é um dos maiores entraves no TJBA, não é computada para apuração da Meta 2. Informou que será disponibilizado o acervo que trata de Meta 2 para que sejam feitos os estudos e ações para o melhor desempenho neste quesito. Há uma estimativa de seiscentos mil processos de Meta 2, revelando um grande desafio para o TJBA. O Diretor de Planejamento Estratégico contextualizou o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia como um tribunal de grande extensão territorial e muito antigo, e, normalmente os grandes tribunais têm um acervo de Meta 2 bastante volumoso. Alexsandro Santos também pontuou que 90% dos processos que compõem a Meta 2 estão no 1º Grau, tornando o desafio ainda maior.

Dra. Isabela Lago, representante da Corregedoria das Comarcas do Interior, questionou se a Seplan teria o quantitativo de processos físicos que compõem a Meta 2, ainda pendentes de digitalização. A magistrada mencionou que nas correições relata-se a necessidade da digitalização dos processos físicos.

A resposta do questionamento foi dada pelo Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia. O secretário informou que existem cerca de dezessete mil processos pendentes de digitalização, de um universo de trezentos e cinquenta mil que foram recolhidos, representando 1,26% do total de processos candidatos à digitalização. Ponderou que talvez a questão principal não seja a quantidade de processos físicos pendentes de digitalização, mas a validação pelas unidades judiciais. Embora haja a obrigatoriedade da validação, algumas unidades aguardam o advogado procurar o processo naquela unidade para fazer a validação. O Secretário registrou que o Unijud (unidade responsável pela digitalização) envia a relação dos processos já carregados no PJe, com temporalidade e frequência, para as unidades ficarem cientes, e, a validação precisa ser feita pela Unidade. Acrescentou que a Diretoria de Primeiro Grau fez ação de suporte a algumas unidades para proceder a essa validação. Franco Bahia informou que existe ainda outro entrave que é a resistência de algumas unidades em encaminhar processos físicos para digitalização, alegando que serão feitos mutirões para a devida baixa destes, o que não ocorre. Sobre a quantidade ainda pendente de processos candidatos à

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

digitalização, o Secretário registrou que foram encaminhados ofícios às Unidades e editado um Ato Conjunto determinando o envio destes processos para a digitalização, que não foram acatados, restando a proposta de submeter à Mesa Diretora minuta de ato conjunto fixando data para a desativação do sistema Saipro, inclusive com cláusula que determine que o magistrado ou servidor que não encaminhar o processo físico seja submetido à apuração de conduta e falta disciplinar.

Franco Bahia informou também que será feita ação em maio para o recolhimento de processos físicos remanescentes nas Unidades.

A Diretora de Primeiro Grau, Viviane Anunciação, reforçou que está sendo feita ação para auxiliar as unidades no procedimento de validação, inclusive com envio de ofícios para aquelas que tinham acervo pendente de validação, mas nem todas responderam. O número de adesão tem sido reduzido, as unidades não têm manifestado interesse em obter o auxílio da Diretoria neste procedimento.

O representante da Corregedoria Geral, Yuri Oliveira, sugeriu que seja feito um diagnóstico aprofundado dos processos da Meta 2, identificando os principais entraves para que sejam as ações sejam melhor direcionadas. As unidades envolvidas seriam as Corregedorias, Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau e Diretoria de Primeiro Grau.

O Secretário Geral da Presidência propôs que as ações feitas nas Semanas de Sentenças e Baixas sejam concentradas nas Metas Nacionais, especialmente na Meta 2, além de grupos de trabalho exclusivos para gestão de cada Meta. Franco Bahia reforçou a necessidades dessas ações focadas, mas que os resultados nas estatísticas certamente não serão vistos no ano de 2022, apenas a partir de 2023. O Secretário acredita que essas ações refletirão inclusive na mudança de cultura dos magistrados e servidores para o alcance das Metas.

O Presidente do TJBA solicitou que Dra. Rita Ramos discorresse acerca da resolução do CNJ que determina a criação de um grupo relacionado à gestão das Metas Nacionais.

A magistrada, titular da Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais, informou que a Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico Nacional 2021-2026, prevê a figura do juiz gestor de Metas. Não somente nesta resolução, mas também na Portaria nº 59 que regulamenta o funcionamento e estabelece procedimento sobre a Rede de Governança do Poder Judiciário e também prevê o juiz de Meta. Acrescentou que no TJBA existe a Resolução nº 25 que regulamenta a implantação da Política de Enfrentamento do Cumprimento de Metas Nacionais e prevê, no seu artigo primeiro, as funções do desembargador gestor de Metas e Desembargador Gestor de Metas Estratégicas. A Juíza Assessora Especial da Presidência consolidou então que há previsão, no TJBA, consonante com a disposição do CNJ que apoia e regula a instituição do juiz e desembargador de Metas. A magistrada inclusive relatou que existem outros tribunais que já adotam essas medidas.

O Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco, reforçou a necessidade de estabelecer estratégias eficientes e inteligentes para o alcance do Prêmio CNJ de Qualidade, uma vez que se sabe que o Tribunal é capaz e produtivo para tal.

O Secretário de Planejamento, Programação e Orçamento, Pedro Vivas, convidou todas as unidades presentes na RAE para a elaboração de um plano de ação específico para o enfrentamento das Metas Nacionais. O secretário colocou a proposta à disposição do CGOv para apreciação.

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

Alexsandro Santos enfatizou a importância de cada unidade conhecer a fundo as resoluções do CNJ que impactem em suas atuações. Explicou que todas as áreas possuem resoluções do CNJ relacionadas às suas atividades e estas são as que o CNJ cobra na apuração do Prêmio. O Prêmio CNJ de Qualidade é uma ferramenta utilizada para medir se os tribunais estão cumprindo as resoluções em sua integralidade. Dessa forma, quando uma resolução em um ano pede que seja implantado determinado item, no ano seguinte será cobrado o desempenho deste item, e não mais sua criação.

Todas as unidades têm conhecimento sobre suas resoluções, informadas inclusive por ofício da Presidência, restando a estas que atentem ao seu fiel cumprimento. Os tribunais não são surpreendidos com os itens do Prêmio, o que é cobrado já está nas resoluções que devem ser plenamente conhecidas e cumpridas por cada unidade. O Diretor acrescentou ainda que as informações solicitadas pelo CNJ na apuração do Prêmio, muitas vezes são comprovações de ações já realizadas. A portaria do CNJ será publicada entre maio e junho do ano corrente, com os dados referentes ao ano de 2021. Portanto, as ações feitas este ano só refletirão para o Prêmio de 2023. Finalizou dizendo que o desafio da Meta 2 é substancial, mas se enfrentado logo, os reflexos já poderão ser vistos no próximo ano. Além disso, reforçou a necessidade de as unidades debruçarem-se nas resoluções que lhes são afeitas para o seu fiel cumprimento, tornando assim possível a melhor pontuação no Prêmio.

Dr. Freddy Pitta Lima, representante da 2ª Vice-Presidência, complementou registrando que algumas unidades precisam também verificar a estrutura existente para melhorar sua produtividade, pois muitas vezes a restrição de pessoal prejudica o desempenho.

Dra. Isabela Lago concordou com a proposta do Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral e está de acordo com o diálogo entre as unidades e a proposição de plano de ação para o atingimento das Metas.

Pedro Vivas informou que a Seplan procurará as unidades para a elaboração do referido plano de ação.

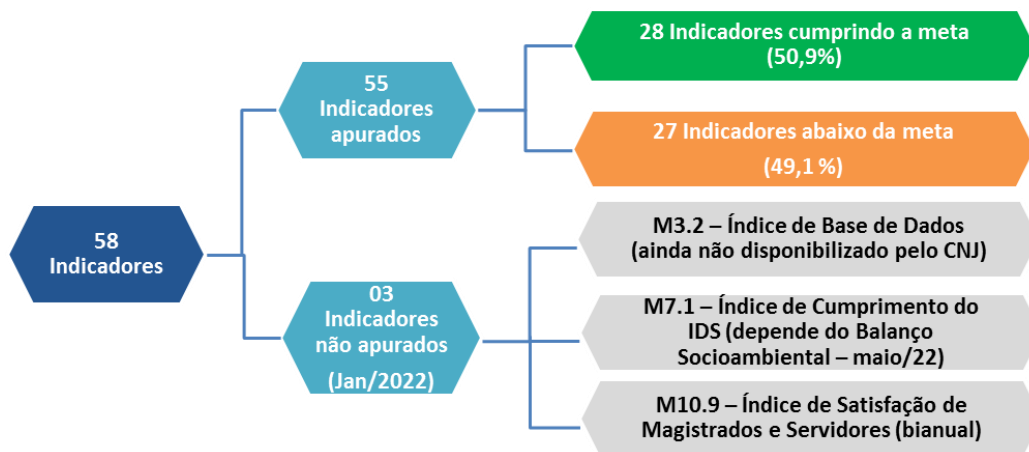
A Desa. Cynthia Maria Pina Resende também concorda que é preciso mais diálogo e colocou a Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau para o propósito único e conjunto no atingimento das metas e melhoria dos indicadores do TJBA.

A 1ª Vice-Presidente, Desa. Gardênia Pereira Duarte, resumiu as soluções apresentadas em segmentação das metas, com foco nos maiores desafios, busca da melhor estratégia para o alcance das metas, incluindo a reativação do Grupo e Gestores de Metas, mencionado por Dra. Rita Ramos, e melhor comunicação entre as unidades estabelecendo as pontes, citadas pelo Presidente do TJBA, bem como a melhor comunicação com o CNJ.

**XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE**

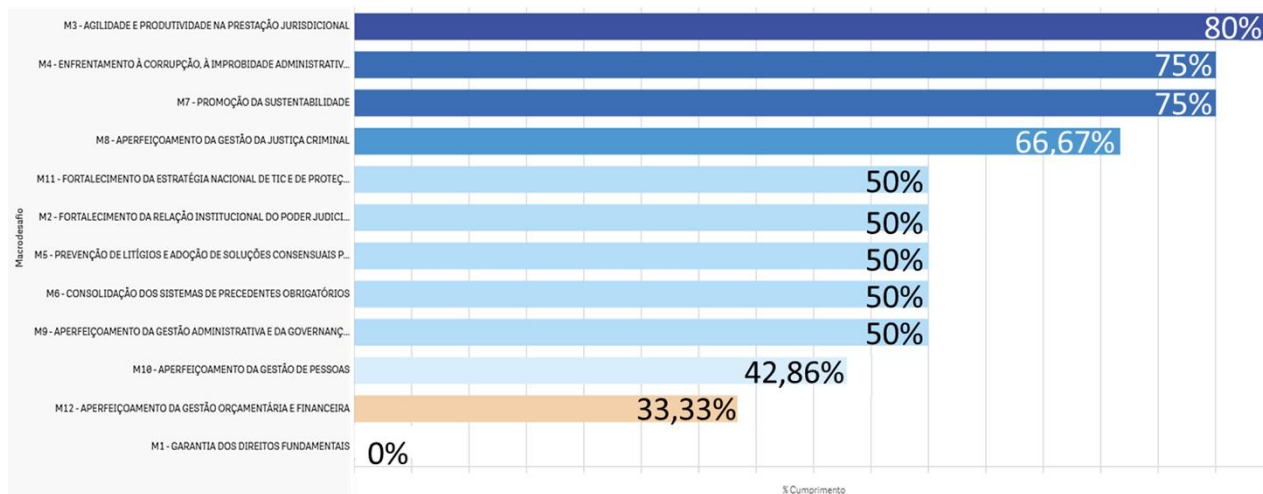
**9. Indicadores da Estratégia**

Sobre os Indicadores estratégicos, Pedro Vivas apresentou os quadros a seguir:



Pedro Vivas informou que dos 58 indicadores estratégicos, oito são de apuração anual ou bianual, foram apurados 55 indicadores. Do total apurado, 28 cumpriram a meta estabelecida e 3 indicadores não foram apurados pelas razões listadas no gráfico.

Consolidando os indicadores em macrodesafios tem-se o quadro a seguir:

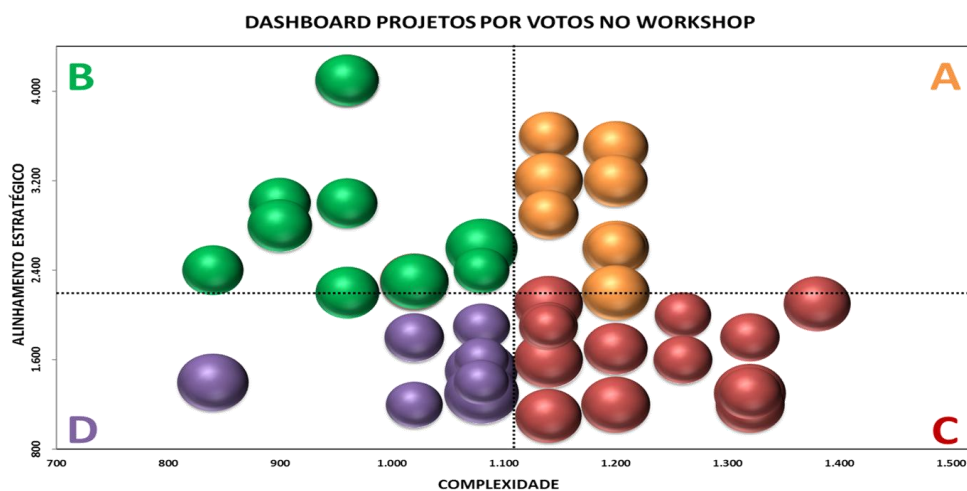


Pedro Vivas falou sobre os números dos macrodesafios M3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdiccional como o maior, e, M12 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira como o menor, excetuando o M1 – Garantia dos Direitos Fundamentais, que, obteve 0% em razão de contemplar 4 indicadores que não cumpriram suas metas.

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

### 10. Resultado da Semana da Estratégia

Pedro Vivas explanou acerca do objetivo do encontro realizado no início do mês de abril, que abordou a priorização das iniciativas propostas pelas unidades, considerando fatores como alinhamento estratégico e complexidade para implantação. Também foi feita a priorização de processos da Cadeia de Valor e levantamento de riscos estratégicos. Foram levantadas 250 demandas estratégicas, 471 iniciativas das quais puderam ser extraídas 41 possíveis candidatas a projetos. Esse grupo de iniciativas foi levado para pontuação das unidades participantes na Semana da Estratégia.



O resultado foi resumido conforme o quadro acima onde, conforme explicação do Secretário de Planejamento, Programação e Orçamento, podemos identificar:

Quadrante B – Menor complexidade e maior alinhamento – Melhores candidatos.

Quadrante A – Maior complexidade e maior alinhamento – Maiores desafios.

Quadrante D – Menor complexidade e menor alinhamento – Fazer quando possível.

Quadrante C – Maior complexidade e menor alinhamento – Fazer apenas se obrigatório.

Pedro Vivas lembrou que essa priorização não impede que, posteriormente, uma iniciativa possa ser proposta por uma unidade, ou por resolução ou lei e seja incluída como um projeto. Esse estudo é apenas um norteador para que a instituição perceba quais são seus potenciais e o que pode ser trabalhado.

**XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE**

A priorização dos processos de trabalho revelou a seguinte classificação consolidada nos macroprocessos da cadeia de valor:

CATEGORIA	MACROPROCESSOS	RANKING	TOTAL
Governança Judiciária	<b>Governança 1º Grau</b>	1	1.092
Suporte Operacional	<b>Gestão de Recursos Humanos</b>	2	1.035
Macroprocesso Finalístico	<b>Julgamentos Processo Criminal e de Ato Infracional</b>	3	1.034
Macroprocesso Finalístico	<b>Julgamentos Processo de Juizado Especial</b>	4	1.029
Macroprocesso Finalístico	<b>Julgamentos Processo Civil</b>	5	1.023
Macroprocesso Finalístico	<b>Julgamentos Originários</b>	6	1.011
Engajamento e Soluções	<b>Fortalecimento da Prestação Jurisdicional</b>	7	1.008
Macroprocesso Finalístico	<b>Execução de Pena</b>	8	998
Suporte Operacional	<b>Gestão Financeira e Contábil</b>	9	987
Macroprocesso Finalístico	<b>Julgamentos de Recursos</b>	10	985
Governança Corporativa	<b>Gestão Orçamentária</b>	11	959
Governança Judiciária	<b>Estabelecimento e Promoção de Políticas Judiciárias</b>	12	938
Suporte Operacional	<b>Gestão de Ativos de Tecnologia</b>	13	926
Macroprocesso Finalístico	<b>Análise de Admissibilidade</b>	14	926
Governança Judiciária	<b>Suporte Jurisdicional</b>	15	923
Relacionamento e Conexão	<b>Resolução de Conflitos e Justiça Restaurativa</b>	16	861
Relacionamento e Conexão	<b>Formação e Desenvolvimento Humano</b>	17	856
Governança Corporativa	<b>Gestão Corporativa de Riscos</b>	18	849
Governança Corporativa	<b>Governança Corporativa</b>	19	847
Suporte Operacional	<b>Fortalecimento da Governança Corporativa</b>	20	842
Suporte Operacional	<b>Gestão de Contratos e Obras</b>	21	837
Suporte Operacional	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	22	798
Engajamento e Soluções	<b>Governança de TIC</b>	23	779
Governança Judiciária	<b>Gestão de Estruturas Administrativas</b>	24	774
Suporte Operacional	<b>Gestão de Processos Extrajudiciais</b>	25	754
Suporte Operacional	<b>Gestão de Ativos Patrimoniais</b>	26	683
Relacionamento e Conexão	<b>Relacionamentos Externos</b>	27	656
Governança Corporativa	<b>Comunicação e Relações Institucionais</b>	28	638
Relacionamento e Conexão	<b>Gestão do Canal de Ouvidoria</b>	29	631
Suporte Operacional	<b>Gestão do Espaço de Trabalho</b>	30	577
Suporte Operacional	<b>Gestão da Segurança Patrimonial</b>	31	565
Engajamento e Soluções	<b>Desenvolvimento e Sustentabilidade</b>	32	449

Dentre as próximas atividades o Secretário citou:

Reunião com as Unidades para selecionar o que poderá se tornar um projeto estratégico.

Reunião de Análise da Estratégia (RAE) extraordinária para inclusão no portfólio estratégico.

Mapeamento dos processos que foram priorizados.

Tratamento e gestão dos Riscos Estratégicos

**11. Encerramento do Projeto Formação e Aperfeiçoamento de Servidores**

Dr. Paulo Roberto de Oliveira, representando a Unicorp, apresentou as entregas finais do projeto explanando acerca dos detalhes contidos no quadro a seguir:

<b>NOME DA UNIDADE:</b> Universidade Corporativa - UNICORP		<b>PROJETO:</b> PLN – UNICORP - 2VP - Formação e Aperfeiçoamento de Servidores	
DATA INÍCIO: 19/03/2021		DATA TÉRMINO: 08/03/2022	
<b>PATROCINADOR:</b> Desembargador Nilson Soares Castelo Branco	<b>DEMANDANTE:</b> Desembargador Augusto de Lima Bispo	<b>GERENTE DO PROJETO:</b> Júlia Spínola	
<b>ENTREGAS/DATAS:</b> 1 - Site Formação Servidor: 10-06-2021 2 - Plano de Comunicação: 14-06-2021 3 - Módulo de Capacitação 2º Vice- Presidência: 05-11-2021 4 - Módulo de Capacitação UNICORP: 05-11-2021 5 - Módulo Geral: 23-11-2021 6 - Instrução Normativa: 08-03-2022		<b>BENEFÍCIOS:</b> 1 - Oferta de portfólio de cursos EaD, autoinstrucionais, de formação continuada, destinados à qualificar os servidores, magistrados e recém ingressos no PJBa e nas unidades judiciais e administrativas, da capital e do interior, para a realização das atividades que lhe forem atribuídas, favorecendo o sentimento de pertencimento e de valorização do servidor, como forma de melhorar a prestação do serviço; 2 – Institucionalização do procedimento para adesão das demais Unidades ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores (Profas) da UNICORP.	

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

O magistrado apresentou os cursos disponibilizados pela Unicorp após a implantação do projeto e os demais constantes na plataforma. Dr. Paulo Roberto rememorou que o momento que gerou mais discussão naquela RAE estava relacionado à atividade fim do TJBA em sua medição por meio das Metas Nacionais, revelando a importância da maior atenção tanto à Meta 2 como à Meta 5. Registrou a publicação da Instrução Normativa nº 1 que disciplina a adesão das unidades ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores (Profas) da Unicorp, pois esse engajamento repercutirá na melhoria das atividades para o atingimento das metas. O magistrado enfatizou a importância da capacitação de novos servidores, bem como dos egressos dos extrajudiciais. Para isso, é primordial que as unidades que envolvem a atividade fim adiram ao programa, especialmente a Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau, Corregedorias, Assessorias Especiais da Presidência e outras que identifiquem a necessidade da capacitação para o melhor desempenho das atividades do PJBA.

### 12. Encerramento Projeto Implantação de Unidade de Acompanhamento de Gestão

A Controladora Chefe, Fernanda Dantas, contextualizou o projeto em razão da nova composição do Comitê de Governança. Informou que, ao ingressar na Controladoria, foi constatada a ausência de um setor de controle interno no sentido de realizar o acompanhamento de contratações e despesas do TJBA, o que existia era um setor de auditoria e os auditores não podem atuar como gestores, tendo viés opinativo e de gestão. Dessa maneira, foi proposto o projeto para a criação de uma Unidade de Acompanhamento de Gestão alinhada a decisões do TCU, atualmente está alinhado com a nova lei de Licitações e Contratos. O projeto contemplava, além da criação da unidade, a existência de servidor dedicado a essa atividade, o que foi realizado esse ano. Fernanda Dantas lembrou que o objetivo da criação da Unidade de Acompanhamento de Gestão é exatamente prestar apoio a todas as unidades que tenham dúvidas acerca de gestão de contratos e aos processos licitatórios. As principais dificuldades para a total implantação do projeto foi conseguir um servidor capacitado para assumir a unidade.

<b>NOME DA UNIDADE:</b> CTJUD		<b>PROJETO:</b> Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão	
DATA INÍCIO: 17/05/2018		DATA TÉRMINO: 13/04/2022	
<b>PATROCINADOR:</b> FERNANDA DANTAS	<b>DEMANDANTE:</b> FERNANDA DANTAS	<b>GERENTE DO PROJETO:</b> KARINA MARTINEZ	
<b>ENTREGAS/DATAS:</b> - Alteração do Regimento Interno = 14/08/2019; - Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão = 03/03/2022.		<b>BENEFÍCIOS:</b> - Aprimoramento da gestão administrativa, com a institucionalização formal do Controle Interno; - Criação de uma padronização nos métodos critérios conceitos e sistemas utilizados no controle interno; - Minimização dos índices de não conformidade em auditorias; - Promover a integração com as unidades de controle interno do Poder Judiciário e dos três poderes.	

**XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE**

**13. Encerramento Projeto Queixa Cidadã**

O servidor Cláudio Lemos, representante da Coordenação dos Juizados Especiais, apresentou os itens acerca do encerramento do projeto Queixa Cidadã.

<b>NOME DA UNIDADE:</b> Coordenação dos Juizados Especiais - COJE		<b>PROJETO:</b> PLN-COJE- Implantação da Queixa Cidadã	
DATA INÍCIO: 15/05/2018		DATA TÉRMINO: 09/02/2022	
<b>PATROCINADOR:</b> Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud COJE	<b>DEMANDANTE:</b> Cláudio José de Faria Lemos COJE	<b>GERENTE DO PROJETO:</b> Luan Rafael Santana Galvão COJE	
<b>ENTREGAS/DATAS:</b>  Os serviços do aplicativo encontram-se disponibilizados para a população desde ago/2019, com funcionalidade de atenuação de queixas referentes a demandas de cobranças indevidas em faturas e corte no fornecimento de água e energia		<b>BENEFÍCIOS:</b>  1 - Ampliar o acesso a Justiça; 2 - Proporcionar o Jus Postulandi; 3 - Desonerar demandas simplificadas dos SAJ; 4 - Padronizar as queixas.	

O servidor explicou o escopo do projeto como sendo um aplicativo para dispositivos móveis que trouxe como tema: “A Justiça mais perto do Cidadão”, pela praticidade no manuseio e pela expertise de trazer o conhecimento dos atendimentos judiciários oferecidos nas terminações de queixas que não requerem advogados. Cláudio Lemos falou dos itens da apresentação constantes no quadro acima. Ressaltou que os serviços do aplicativo serão continuados e ampliados. Agradeceu a cooperação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização.

**14. Encerramento Projeto Recolher Legal**

A Assessora Érica Meneses apresentou o quadro a seguir:

<b>NOME DA UNIDADE:</b> Coordenação dos Juizados Especiais - COJE		<b>PROJETO:</b> PLN-COJE-NAF-Campanha Recolher Legal	
DATA INÍCIO: 27/05/2020		DATA TÉRMINO: 02/02/2022	
<b>PATROCINADOR:</b> Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud COJE	<b>DEMANDANTE:</b> Adolfo de Souza Ferri NAF	<b>GERENTE DO PROJETO:</b> Luan Rafael Santana Galvão COJE	
<b>ENTREGAS/DATAS:</b>  1 - Curso de Capacitação 2020 e 2021: Entregue em out/2020 e out/2021;  2 - Mutirão de Recolhimento de Custas 2020 e 2021: Entregue em nov/2020 e nov/2021;  3 - Interoperabilidade com sistema PROJUDI: Entregue em jan/2022;		<b>BENEFÍCIOS:</b>  1 - Controle fiscal (obstando a evasão fiscal); 2 - Aumento da receita; 3 - Implementação de políticas voltadas para a valorização dos servidores e magistrados, associadas a melhoria da prestação jurisdicional; 4 - Aperfeiçoamento do sistema para o eficiente recolhimento de Custas Judiciais; 5 - Servidores capacitados para apurar corretamente as Custas Judiciais.	

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

A servidora detalhou os itens de capacitação evidenciando o quantitativo de participantes, os temas e a duração dos eventos.

NOME DA UNIDADE: Coordenação dos Juizados Especiais - COJE		PROJETO: PLN-COJE-NAF-Campanha Recolher Legal	
NÚMEROS DO PROJETO: CAPACITAÇÃO – UNICORP			
2020		2021	
CAPACITAÇÃO: 1ª ETAPA - SISTEMA DE CUSTAS REMANESCENTES E RESPONSABILIDADE LEGAL Duração: 10 horas Total de Participantes: 1.370		CAPACITAÇÃO: 1ª ETAPA - SISTEMA DE CUSTAS REMANESCENTES E RESPONSABILIDADE LEGAL Duração: 10 horas Total de Participantes: 742	
CAPACITAÇÃO: 2ª ETAPA - COBRANÇA DE CUSTAS JUDICIAIS Duração: 20 horas Total de Participantes: 1.084		CAPACITAÇÃO: 2ª ETAPA - COBRANÇA DE CUSTAS JUDICIAIS Duração: 20 horas Total de Participantes: 516	

Sobre os mutirões, Érica Meneses destacou que foram detectados processos que efetivamente não precisavam de recolhimento de custas, permitindo, assim suas baixas. Ressaltou que as atividades do projeto continuam como processos de trabalho e agradeceu às unidades que colaboraram para a consecução das atividades, sendo elas: NAF, Coordenadoria do Primeiro Grau, Sejud, Setim, Ascom e Unicorp.

### 15. Alteração de Escopo: Projeto Inovações Tecnológicas da Coje

O servidor da Coje, Leonardo Oliveira, expôs a proposta de alteração de escopo como sendo um ajuste do produto Uso de Inteligência Artificial para sugestão de atos judiciais. A razão do ajuste foi, em interlocução com a Setim, verificar que há outra iniciativa que aborda Inteligência Artificial destinado à 2ª Vice-Presidência. Dessa maneira, Será feito um projeto pela Setim, mais abrangente que contará com o patrocínio da Coje. Assim, esse produto será retirado do Projeto da Coje e fará parte do novo projeto a ser conduzido pela Setim.

A representante da Corregedoria das Comarcas do Interior, Dra. Isabela Lago, solicitou que quando da implementação do novo projeto, as Corregedorias fossem informadas, pois há interesse em obter o serviço.

O Secretário da Setim, Ricardo Neri, esclareceu que já existem atividades relacionadas à Inteligência Artificial e que o intuito da Setim é conseguir atender à diversas áreas, inclusive já existem ações em conjunto com o CNJ e oportunamente contatará as Corregedorias, bem como as demais unidades que pleitearem e necessitarem da Inteligência Artificial.

**XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE**

**16. Portfólio de Projetos Estratégicos**

Pedro Vivas apresentou o quadro geral dos projetos do portfólio:

Início	Quantidade	% Projetos	% Execução Média	Observação
2017	1	14,3%	80,0%	Finalizar o sistema Fisco.
2018	0	0,0%	0,0%	Produtos Entregues. Deliberação nesta R.A.E.
2019	0	0,0%	0,0%	Produtos Entregues.
2020	4	57,1%	57,3%	Importante aumentar ritmo da execução.
2021	2	28,6%	58,3%	Acompanhar a execução.
<b>Todos</b>	<b>7</b>	<b>100,0%</b>	<b>65,2%</b>	<b>% Execução Média.</b>

O Secretário enfatizou a importância da continuidade dos projetos e evidenciou o histórico no quadro apresentado.

Sobre o portfólio de projetos estratégicos, Pedro Vivas explanou acerca do percentual de execução e de atraso em relação ao planejado de todos os projetos. Franqueou a palavra aos participantes, não havendo manifestação, agradeceu a todos e anunciou a apresentação de projeto para inclusão no portfólio estratégico.

**17. Apresentação da Iniciativa do Núcleo de Precatórios: “O precatório é seu!”**

O Juiz Assessor da Presidência, Dr. Sadraque Rios, apresentou a iniciativa conforme consta em quadro seguinte.

<b>NOME DA UNIDADE:</b> Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP).	
<b>ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:</b> M2: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade. M2.2: Melhorar a comunicação institucional.	
<b>INICIATIVA DEFENDIDA:</b> Campanha Publicitária “O precatório é seu!”	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Aumento de casos em que cidadãos, credores em precatórios, são vítimas de estelionatos praticados por terceiros que afirmam intermediar o pagamento.	
<b>OBJETIVO SMART:</b> <i>Objetivo</i> Desenvolver campanha institucional para todo o Estado da Bahia, nos canais de comunicação de massa, de junho de 2022 até dezembro de 2023, relacionada aos procedimentos de tramitação e pagamento de precatórios no TJBA.	<b>BENEFÍCIOS:</b> <i>Combate à desinformação e às fraudes em precatórios, bem como aprimoramento da comunicação institucional, aproximando o Judiciário do cidadão.</i>
<b>CUSTO ESTIMADO:</b> R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> 2050 – Publicidade Institucional.

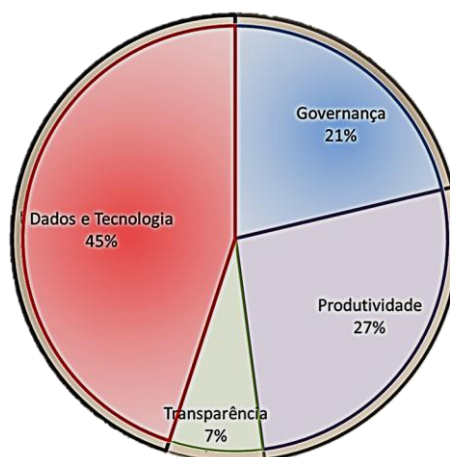
Dr. Sadraque Rios esclareceu que se trata de uma campanha institucional que visa combater a desinformação e as fraudes envolvendo precatório. O magistrado informou que já houve uma campanha com o mesmo tema, no entanto esta nova proposta visa ampliar a abrangência com a utilização de meios de comunicação de massa, bem como aproximar a instituição do cidadão.

O Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco submeteu o projeto ao Comitê de Governança que o aprovou em unanimidade.

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

### 18. Prêmio CNJ de Qualidade

Pedro Vivas falou sobre o histórico do Prêmio, onde mostra que o TJBA obteve o Selo Ouro nos anos de 2017 a 2020. O Secretário demonstrou a alteração dos pesos na pontuação do Prêmio, revelando maior concentração no eixo Dados e Tecnologia, conforme gráfico abaixo:



O Secretário informou que a Portaria referente ao Prêmio CNJ de 2022 ainda não foi publicada, portanto não há como mensurarmos se haverá alteração nesse contexto.

O CGov deverá monitorar os itens da próxima portaria para que o Tribunal volte a lograr êxito na Premiação.

### 19. Propostas de datas para as Semanas de Sentenças e Baixas

O Secretário Pedro Vivas explicou que há a necessidade de se votar se as Semanas de Sentenças e Baixas serão temáticas, se haverá ou não suspensão de prazo e seus respectivos períodos de realização.

**Foi aprovado pelo CGOV o seguinte:**

- 1- As semanas terão foco na Meta 2.
- 2- Os prazos serão suspensos durante as semanas.
- 3- 18 A 22/07/22 – Primeira Semana de Sentenças e Baixas
- 4- 17 A 21/10/22 – Segunda Semana de Sentenças e Baixas

## XX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XX RAE

---

### 20. **Agendamento das Próximas RAEs**

Ficaram aprovadas as seguintes datas para as próximas RAEs, podendo haver alterações que serão previamente comunicadas aos membros do Comitê de Governança.

XXI - 24/05/2022 (Extraordinária para Projetos - Terça-Feira)

XXII - 19/07/2022(Terça-Feira)

XXIII - 20/09/2022(Terça-Feira)

XXIV - 13/12/2022 (Terça-Feira)

Pedro Vivas sugeriu que, na última RAE do ano, os magistrados da Rede de Governança Regional sejam convidados a participar, com o propósito de gerar maior interação.

### 21. **Encerramento**

Des. Nilson Soares Castelo Branco agradeceu a presença de todos, saudou o servidor Cláudio Lemos, que representou o Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud no evento e, declarou encerrada a XX Reunião de Análise da Estratégia.